

REVISTA
NACIONAL DE SAÚDE

EDIÇÃO 03 • ANO 01 • JAN/FEV 2017



UMA CONFERÊNCIA PARA A HISTÓRIA

CNS REALIZA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL LIVRE DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE E
REÚNE COMUNICADORES E MEMBROS DO CONTROLE SOCIAL DE TODO BRASIL

ÍNDICE

Defesa da democracia e dos direitos sociais marcou abertura da 1ª Conferência de Comunicação em Saúde	4
Carta dos usuários da saúde será atualizada em consulta à sociedade	6
Combate ao monopólio da imprensa é necessário para democratização das informações sobre o SUS	10
Debate identifica necessidade de criação de rede de comunicação em defesa do SUS	11
Controle social deve cobrar do estado investimento para o SUS	12
Novas mídias podem enfrentar noticiário preconceituoso sobre o SUS	14
SUS na sala de aula, um caminho para a democratização da informação em saúde	15
Rede de comunicadores alternativos é fundamental para a defesa do SUS	16
Reiki e auriculoterapia são oferecidos na 1ª conferência livre de comunicação em saúde	17
“A mídia rasgou e jogou no lixo todas as lições do bom jornalismo”, diz Tereza Cruvinel	18

CONFERÊNCIA DÁ INÍCIO À CONSTRUÇÃO DE REDE DE COMUNICADORES PARA A DEFESA DO SUS

Uma rede de comunicadores de todas as regiões do país começou a ser construída com o objetivo de divulgar informações importantes para os cidadãos exercerem o seu direito constitucional à saúde. O marco inicial dessa rede foi a 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNLCS), realizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) nos dias 18, 19 e 20 de abril, em Brasília.

A conferência, sob o slogan “Direito à informação, garantia de direito à saúde”, discutiu estratégias para a criação de um espaço de veiculação de conteúdos diversificados sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). As discussões reiteraram que o noticiário da mídia hegemônica trata o SUS de forma preconceituosa e, dessa forma, impede os cidadãos de conhecerem adequadamente uma das maiores políticas públicas do mundo.

A realização do evento atendeu a um antigo pleito formalizado em conferências de saúde por representantes do controle social. A conferência também está inserida no contexto do Planejamento do CNS para o período 2015-2018, que prevê, entre outras ações, a instituição de uma política de Comunicação destinada a reforçar a interação entre todos os que defendem o SUS.

O encontro em Brasília reuniu conselheiros nacionais, estaduais e municipais de saúde; jornalistas, blogueiros, coletivos de mídia, assessores de Comunicação Social de conselhos e secretarias de saúde, estudantes e o público em geral. Foram cumpridas, dessa forma, as diretrizes da Lei 8.142/90, que prevê a participação popular na construção e consolidação do SUS a partir das conferências e conselhos de saúde.

Ao final do evento, foram apresentados vários encaminhamentos definidos em seis mesas de discussão. A maioria converge para a necessidade da união dos comunicadores alternativos para a disputa da narrativa com a mídia hegemônica. Os debates destacaram, por exemplo, que o noticiário preconceituoso da imprensa contra o SUS favorece o atual processo de desmonte de importantes políticas públicas no país.

Boa leitura!

Ronald Santos
PRESIDENTE DO CNS

EXPEDIENTE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde: Ronald Ferreira dos Santos • Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde: Neide Rodrigues • Mesa diretora: André Luiz Oliveira, Geordecio Menezes de Souza, Cleoneide Paula Oliveira Pinheiro, Edmundo Dzuawi Omoré, Neilton Araújo de Oliveira, Jurandi Frutuoso Silva, Francisca Rêgo Oliveira Araújo, Ronald Ferreira dos Santos • Assessoria de Comunicação: Ederson Marques, Jorge Vasconcellos, Mariana Moura, Viviane Claudino.

DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS SOCIAIS MARCOU ABERTURA DA 1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE



Por Jorge Vasconcellos

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Santos, afirmou, ao abrir a 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNLCS), em Brasília, que o principal desafio do Brasil no momento é garantir a manutenção da democracia e de direitos como o acesso à saúde e a liberdade de comunicação.

“Precisamos juntar nossas energias para que esses elementos que traduzem nossa evolução civilizatória não deixem de existir. São irmãos siameses, que não vivem separadamente”, disse Ronald.

O evento discutiu estratégias de democratização do acesso a informações sobre o Siste-

ma Único de Saúde (SUS). Entre as discussões está a criação de uma rede de comunicadores voltada à produção de conteúdos diversificados sobre o SUS. Isso permitiria aos cidadãos conhecerem melhor o sistema e, dessa forma, exercerem de forma mais ampla o direito constitucional à saúde.

Segundo Ronald Santos, a relevância do direito à saúde e à comunicação, pilares da democracia, refletiu-se no grande público presente à conferência. Ele era formado por comunicadores, conselheiros de saúde, estudantes, assessores de comunicação, parlamentares, entre outros.

O presidente do CNS acrescentou que o evento foi também oportunidade de reflexão sobre o momento atual do país e de discussão de estratégias de ação contra as violações de direitos verificadas nos últimos meses.

No caso específico do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo Ronald, o principal retrocesso foi a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, que proíbe a União de aumentar os gastos por vinte anos. Ela impede o SUS de enfrentar o seu principal desafio, que é o subfinanciamento.

Além de Ronald Santos, discutaram na abertura da conferência o ministro da Saúde interino, Francisco de Assis Figueiredo; a se-

cretária-executiva do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Neide Rodrigues; Humberto Fonseca, secretário de Saúde do Distrito Federal, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); Arthur Chioro, ex-ministro da Saúde.

Também se pronunciaram Francisca Rêgo Oliveira Araújo, conselheira nacional de Saúde e membro da Mesa Diretora do CNS; Carmen Lúcia Luiz, conselheira nacional de Saúde, coordenadora da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres; Renata Mieli, coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). //

CARTA DOS USUÁRIOS DA SAÚDE SERÁ ATUALIZADA EM CONSULTA À SOCIEDADE

Por Jorge Vasconcellos, com colaboração de Mariana Moura

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Santos, anunciou que a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde será atualizada por meio de uma consulta à sociedade, a partir do mês de maio. O anúncio foi feito na abertura da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNLCS), em Brasília.

“A carta é um instrumento importante de diálogo com a sociedade, para conclamá-la ao exercício da cidadania e de seus direitos”, disse Ronald sobre o documento aprovado pelo CNS em 2009 e que enumera os direitos dos cidadãos em relação às ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). A última atualização da carta é de 2011.

“Ocorre que há transformações importantes no Brasil que exigem o reforço, o destaque, uma atualização da carta”, destacou o presidente do CNS. Ao falar em transformações, ele se referiu a recentes decisões do governo e do Congresso que, na visão dos represen-

tantes do controle social do SUS, representam retrocessos na saúde e em outras importantes políticas públicas.

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde foi aprovada pelo Plenário do CNS em sua 198ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de junho de 2009. Ela é uma das mais importantes ferramentas para os cidadãos conhecerem seus direitos e deveres no momento de procurar atendimento de saúde, público ou privado. O documento também contribui para que, a partir do envolvimento da população, o Brasil tenha um sistema de saúde com muito mais qualidade.

“Nossa ideia é que em cinco de agosto, quando no Brasil se comemora o Dia Nacional da Saúde, a gente possa, em todos os cantos do Brasil, apresentar a atualização da carta que tem de, necessariamente, na atual con-

juntura, deixar bem claro para o povo brasileiro todos os direitos que ele tem em relação à saúde”, afirmou o presidente do CNS.

Também o ex-ministro da Saúde Arthur Chioro, que ocupou a pasta de 2014 a 2015, falou sobre a importância da atualização da Carta de Direitos dos Usuários da Saúde. Ele leu algumas diretrizes do documento, entre elas a que confere ao cidadão o direito de ser atendido no SUS de acordo com suas necessidades e sem qualquer forma de discriminação.

“Numa sociedade machista, xenófoba, misógina como a gente vive hoje é muito importante reafirmarmos esse princípio basilar do SUS, que é o atendimento sem discriminação”, disse o ex-ministro.

Já para a conselheira Carmen Lúcia Luiz, coordenadora da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, um dos princípios da carta é de fundamental importância para a discussão de gênero na saúde pública. Segundo esse princípio, “toda pessoa tem direito a tratamento adequado e no tempo certo para resolver o seu problema de saúde”.

A solenidade de abertura da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNLCS) também contou com o relançamento da Frente em Defesa do SUS (ABRASUS), movimento que reúne representantes do controle social, entidades representativas, movimentos sociais, universidades, parlamentares, entre outros.

O relançamento foi feito pelo presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Santos. Ele citou algumas ações programadas pela frente para 2017, entre elas a de fortalecer, por meio dos instrumentos judiciais cabíveis, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tentam derrubar, no Supremo tribunal Federal (STF), a Emenda Constitucional 95/16. Ela proíbe a União de aumentar os gastos no período de 20 anos, o que representa prejuízos para importantes políticas públicas, como o SUS.

Ronald também apresentou a nova campanha de mobilização do ABRASUS, intitulada “Mais direitos, menos depressão”. Ela está relacionada ao recente alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a prioridade do combate à depressão, mal que atinge cerca de 350 milhões de pessoas em todo o mundo. //







Da esq. p/ dir.: Márcia Corrêa e Castro, Alexandre Padilha, Francisca Rêgo e Carmen Lucia Luiz

COMBATE AO MONOPÓLIO DA IMPRENSA É NECESSÁRIO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O SUS

Por Viviane Claudino

Alternativas para enfrentar o monopólio da comunicação brasileira estiveram entre os destaques da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde. O tema foi discutido durante a mesa “Desafios de Comunicação em Saúde”.

A mesa foi intermediada pela conselheira nacional de saúde Francisca Rêgo e contou com a participação do ex-ministro de Saúde Alexandre Padilha, da gerente do Canal Saúde da Fiocruz, Márcia Corrêa e Castro, e da conselheira do CNS Carmen Lúcia Luiz.

Para os palestrantes, a própria concepção da saúde coletiva, como direito de todos e dever do estado, é distorcida pela imprensa que detém o monopólio de comunicação. “A concepção da mídia privada é que saúde coletiva está relacionada somente às ações do Estado (vigilância, controle dos riscos) e não à saúde do indivíduo”, avalia Padilha. “Essa mídia monopolista não tem o menor compromisso com o que nós compreendemos como saúde pública, e menos ainda com o SUS”.

O consenso é de que o enfrentamento deste monopólio é necessário para a construção de uma narrativa em defesa do Sistema Único de Saúde. Entre as alternativas, está a atuação de comunicadores nas redes sociais, assim como a qualificação das discussões entre os defensores do sistema. “É necessário fazer esse debate sabendo que todas as mazelas do SUS têm sido apropriadas como discurso para desmontar o sistema. Precisamos nos comunicar para que a população se sinta dona do SUS, sem contribuir com o discurso de desmonte”, avalia Márcia Corrêa.

A conselheira Carmen Lúcia, por sua vez, destacou a necessidade de atuação para transformar a comunicação e valorizar uma linguagem exclusiva de gênero e valorização das mulheres. “Sinto na pele o que a comunicação faz cotidianamente com as mulheres, na construção de um imaginário popular e a partir dele ajudar a enraizar a cultura da violência contra as mulheres, a cultura do estupro e o feminicídio”, afirma. //

DEBATE IDENTIFICA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE REDE DE COMUNICAÇÃO EM DEFESA DO SUS

Por Jorge Vasconcellos

A necessidade de os comunicadores da mídia alternativa criarem uma rede de difusão de conteúdo diversificado sobre o SUS foi a tônica dos debates de um dos painéis 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNLCS). Ele discutiu o papel da comunicação na defesa da informação em saúde.

O painel teve como mediador o conselheiro nacional de saúde Fernando Pigatto, representante da Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam). Os debatedores da mesa foram Cynara Menezes, do blog Socialista Morena; Rogério Lannes, editor-chefe da revista Radis, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e Adriane Cruz, coordenadora de Comunicação Social do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Segundo a blogueira Cynara Menezes, um exemplo da necessidade de criação de uma rede alternativa está relacionado ao Programa Mais Médicos, que foi lançado no governo da presidenta Dilma Rousseff para preencher os vazios assistenciais do país.

“O Programa Mais Médicos recebeu uma abordagem altamente negativa da mídia hegemônica, enquanto a mídia alternativa não fez um contraponto mostrando os avanços trazidos pelo programa”, disse Cynara Menezes, acrescentando que, em função disso, o resultado foi que o Mais Médicos ficou fragilizado politicamente como política pública.

Rogério Lannes, por sua vez, disse que “o SUS nunca foi apoiado pela imprensa hegemônica”. Na sua opinião, a criação de uma rede alternativa de comunicadores seria fundamental para a população conhecer boas ações e serviços oferecidos pelo SUS.

Já Adriane Cruz, assessora de Comunicação Social do Conass, destacou que “a avaliação sobre o SUS é pior entre os que não utilizam o sistema”. Para ela, a abordagem preconceituosa da mídia hegemônica em relação ao SUS está na origem da desinformação da população sobre o sistema público de saúde.

Após as falas dos debatedores, o público presente à conferência se manifestou. Houve, por exemplo, críticas ao fato de o SUS gastar muitos recursos com publicidade na mídia hegemônica e receber como retorno um tratamento preconceituoso no noticiário. //



Adriane Cruz, coordenadora de Comunicação Social do Conass.

CONTROLE SOCIAL DEVE COBRAR DO ESTADO INVESTIMENTO PARA O SUS

Por Jorge Vasconcellos

O controle social e a população devem atuar fortemente para cobrar do Estado o cumprimento do dever constitucional de investir no Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir o atendimento aos cidadãos. Essa foi a tônica dos debates do painel sobre a “Informação em saúde como direito”, durante a 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde.

A mesa de discussão teve como mediador o conselheiro nacional de saúde, Moisés Tonio, representante da Articulação Nacional de Luta contra Aids (An aids). Os debatedores foram o jornalista, escritor e professor Leandro Fortes; a procuradora de contas do Estado de São Paulo, Élida Graziane; e o jornalista Rodrigo Murtinho, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A procuradora Élida Graziane cobrou do controle social e da sociedade que atuem judicialmente contra “a asfixia financeira promovida pelo Estado contra o SUS”. Ela disse, por exemplo, que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) precisa tomar providências diante da confissão do ministro da Saúde, Ricardo Barros, de que o Ministério da Saúde não cumpre 40% das pactuações firmadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Essa comissão reúne gestores do SUS da União, dos estados e dos municípios.

A procuradora afirmou, também, que em função disso o ministro é passível de uma ação de improbidade administrativa, por deixar de honrar compromissos firmados com o

SUS. Ela orientou os representantes do controle social e os cidadãos a consultarem a Recomendação 48/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Esse ato normativo define parâmetros da atuação do Ministério Público no controle do dever do gasto mínimo em saúde.

Presente à plateia, o presidente do CNS, Ronald Santos, respondeu que o órgão já está adotando providências nesse sentido. Segundo ele, o Conselho acaba de relançar a Frente em Defesa do SUS (ABRASUS), que reúne o controle social, parlamentares, universidades, entidades da sociedade civil e movimentos populares.

Ronald informou que uma das ações programadas pela frente para 2017 é apoiar, com o ingresso de medidas judiciais cabíveis, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tentam, no Supremo Tribunal Federal (STF), derrubar a Emenda Constitucional 95/2016. Essa emenda proíbe a União de aumentar os gastos públicos, o que representa prejuízos para o SUS e outras importantes políticas públicas.

Por sua vez, Leandro Fortes destacou que a falta de investimento estatal no SUS reflete a prioridade do atual governo de “destruir o sistema público para beneficiar o setor privado da saúde”. Ele citou, por exemplo, a proposta do ministro da Saúde, Ricardo Barros, da criação de planos de saúde populares, que seriam pagos pela população de baixa renda.

Segundo o jornalista, também a abordagem preconceituosa da mídia em relação ao SUS busca favorecer as empresas privadas de saúde. “A prioridade tanto do governo quanto da mídia é destruir o SUS”, afirmou.

Já Rodrigo Murtinho, jornalista da Fiocruz, afirmou que o monopólio dos meios de comunicação é prejudicial para a participação popular no controle social do SUS. Ele acrescentou que “a democratização do acesso à informação permite que as demandas sociais sejam conhecidas”. //

Élida Graziane,
procuradora de contas do Estado de São Paulo.

NOVAS MÍDIAS PODEM ENFRENTAR NOTICIÁRIO PRECONCEITUOSO SOBRE O SUS

Por Mariana Moura

Como construir argumentos e iniciativas que possibilitem uma disputa de narrativa com a mídia formal e por um SUS positivo? A pergunta norteou as discussões da mesa de debate “Novas mídias e o SUS”, durante a 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação e Saúde, em Brasília.

Gabriel Estrela, youtuber e idealizador do Projeto Boa Sorte, destacou a importância da discussão sobre o HIV/AIDS e a saúde pública no contexto das novas mídias. “A saúde não é assunto de exclusividade dos médicos. Devemos garantir que as informações cheguem da forma mais transparente possível à população, mas especificamente a quem necessita conhecer o estado da saúde local do seu bairro, por exemplo. Saúde é ter condições de lutar contra o que te oprime”.

Na ocasião, Estrela apresentou o Projeto Boa Sorte, que traz em uma linguagem informal os conceitos e experiências do cotidiano do jovem ator de 24 anos. “No musical, eu tento apresentar de uma forma lúdica que saúde não é só biologia, é arte com o corpo, com a mente, é uma linguagem que deve ser incorporada ao discurso da população”, disse.

Já o assessor de Comunicação Social do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Luiz Felipe Barcelos, apresentou os conteúdos realizados pelo Conselho com a produção de pequenos documentários que relatam as experiências do SUS localmente. “Tentamos apresentar de forma acessível os relatos de quem vive a saúde pública na ponta e que pode divulgar para centenas de pessoas no Brasil inteiro o que se tem de positivo do SUS. A proposta é dar voz ao gestor municipal de saúde, trazer um conteúdo informativo com a linguagem do gestor”, disse.

Juliana Acosta, conselheira nacional de saúde e mediadora da mesa, disse que é preciso apresentar estratégias para que se possa garantir as vozes da saúde pública. “O grande desafio da comunicação em saúde é criar alternativas para a democratização da informação de quem está na ponta. Utilizar espaços como as mídias digitais é mais uma forma de alcançar diversos atores envolvidos na defesa da saúde pública”, afirmou. //

Da esq. p/ dir.: Luiz Felipe, Juliana Acosta e Gabriel Estrela



SUS NA SALA DE AULA, UM CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Por Jorge Vasconcellos



A necessidade da inclusão do Sistema Único de Saúde (SUS) na formação escolar e universitária foi a constatação de uma das mesas de discussão da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde.

A mesa intitulada “O SUS na sala de aula” teve como mediadora a conselheira nacional de Saúde Priscilla Viégas. As debatedoras foram a jornalista Renata Mielli, do Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação (FNDC), e a historiadora e pedagoga Conceição Oliveira, assessora da Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também responsável pelo blog da Maria Frô.

“Existem algumas iniciativas isoladas, mas levar o SUS para as salas de aula não é uma política de Estado”, afirmou Renata Mielli, ao defender a inclusão do ensino sobre o siste-

ma público de saúde nas diretrizes curriculares nacionais. Segundo ela, esse desinteresse deve aumentar por conta do avanço de políticas neoliberais que priorizam a profissionalização em detrimento da formação cidadã.

Conceição Oliveira, por sua vez, destacou que o desconhecimento sobre o amplo rol de ações e serviços do SUS tem origem na forma preconceituosa com que o sistema público de saúde é tratado pela mídia e pela própria população. “Ninguém defende o que não conhece”, disse.

Após os debates, foi a vez de o público participante se manifestar. As falas foram unâni- mes ao constatar o desinteresse do próprio Estado em levar para as escolas e universidades conhecimentos sobre o SUS e outras importantes políticas públicas. //

REDE DE COMUNICADORES ALTERNATIVOS É FUNDAMENTAL PARA A DEFESA DO SUS

Por Mariana Moura

A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio das redes e coletivos de comunicação foi tema de um dos debates da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde. Participaram Marina Pitta, do Coletivo Intervozes; Cleiton Nobre, do Coletivo Mídia Ninja; e Bruno C. Dias, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). A mediação dos debates ficou por conta de Charô Nunes, das Blogueiras Negras.

Para Marina Pitta, há uma necessidade urgente em discutir a perspectiva da disseminação dos conteúdos por meio da internet com um olhar amplo e que contemple a diversidade das pessoas. “Com o Marco Civil da Internet aprovado em 2014, houve um grande avanço para o uso da internet no Brasil como, por exemplo, a neutralidade da rede. Isso significa que os provedores de acesso devem tratar todos os dados que circulam na Internet da mesma forma, sem distinção por conteúdo, origem, destino ou serviço”.

Marina alertou, também, que mesmo com os avanços do uso da internet, determinadas empresas de telefonia restringem o uso de dados apenas para alguns aplicativos limitando a abrangência de navegação para os usuários. “Como podemos dar vazão ao que os coletivos de comunicação produzem de uma forma ampla se muitas pessoas que acessam essas informações utilizam o celular para navegar na

internet e não podem consumir os conteúdos. Como pensar em utilizar a internet na defesa do SUS, por exemplo, sem pautar a relação com as empresas de telefonia”, disse.

De acordo com Cleiton Nobre, do Coletivo Mídia Ninja, a forma de se fazer comunicação deve disputar a narrativa com a grande mídia. “Temos de trazer tudo para o centro do debate, a exemplo de um grupo de jovens que vivem com HIV e que tem seus tratamentos custeados pelo SUS em uma narrativa em que eles mesmos relatem as suas vivências. Esse tipo de iniciativa deve ser disseminado pelo país”, disse.

Já para Bruno C. Dias, da Abrasco, é preciso realizar ações articuladas em redes, principalmente dos grupos e coletivo de saúde para a defesa ampla da saúde pública. “Temos que pensar em redes em uma narrativa complexa. O fundamento da comunicação deve ser público, devemos abandonar as práticas que não são nossas. O sentido da comunicação deve ser contra hegemônico e pela diversidade”, disse.

Charô Nunes afirmou que a mídia formal pouco dialoga com a diversidade do país, principalmente com as mulheres negras. “Somos 52% da população e a mídia hegemônica não reconhece as mulheres negras em boa parte de sua programação. Temos que construir nossas próprias narrativas, vermos o mundo através das redes”. //



REIKI E AURICULOTERAPIA SÃO OFERECIDOS NA 1ª CONFERÊNCIA LIVRE DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

As práticas integrativas Reiki e Auriculoterapia estiveram disponíveis aos participantes da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde. Reikianos, especialistas e naturólogos atenderam os interessados em uma tenda de cuidados instalada no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), local do evento, em Brasília.

Além de promover a saúde e o bem-estar, o objetivo foi a divulgação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) do Sistema Único de Saúde (SUS), que desde 28 de março oferece 19 tipos de práticas integrativas à população. São elas: Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Medicina Antroposófica, Plantas Medicinais e Fitoterapia e Termalismo Social/

Crenoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Bio-dança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga.

“A ideia é sensibilizar os gestores e conselheiros para levarem aos seus estados e municípios a implementação dessa política. A ideia maior é promover o desenvolvimento de uma cultura de saúde mais ampliada e integral”, afirmou a naturóloga e integrante da Rede Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) Neila Lopes.

A inclusão dos novos procedimentos ao SUS foi realizada por meio da Portaria nº 849/2017, publicada no Diário Oficial da União. //



Da esq. p/ dir.: Bruno C. Dias, Charô Nunes, Marina Pitta e Cleiton Nobre

“A MÍDIA RASGOU E JOGOU NO LIXO TODAS AS LIÇÕES DO BOM JORNALISMO”, DIZ TEREZA CRUVINEL

Por Jorge Vasconcellos

A jornalista Tereza Cruvinel fez a palestra de encerramento da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNLCS). Ela criticou a forma preconceituosa com que o Sistema Único da Saúde (SUS) é tratado pelos principais veículos de comunicação.

Jornalista com larga experiência, a ex-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) disse que o noticiário da mídia se resume a mostrar deficiências no SUS, sobretudo filas de hospitais, omitindo informações sobre o amplo rol de ações e serviços disponíveis na rede pública de saúde, muitos com bons resultados.

Segundo Tereza Cruvinel, um noticiário diversificado sobre o SUS ajudaria o usuário conhecer melhor o sistema e a exercer mais adequadamente seu direito constitucional à saúde. Nesse ponto, ela destacou a importância da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde pelo fato de o evento discutir, entre outras estratégias, a criação de uma rede de comunicadores com pautas variadas sobre o SUS.

Para a jornalista, por trás da abordagem preconceituosa da mídia está o interesse dos grandes veículos de comunicação em favorecer as empresas privadas da saúde, que figuram entre seus anunciantes. Ela citou o destaque que teve no noticiário a ideia do Ministério da Saúde de criar planos de saúde populares – uma cesta de serviços que seriam pagos pela população.

Tereza Cruvinel disse também que a abordagem preconceituosa sobre o SUS tende a se agravar em função do alinhamento entre a mídia hegemônica e o atual governo. “Falar mal do SUS faz parte da estratégia de desmonte do Estado em curso no país desde o golpe do ano passado”, afirmou a jornalista.

Na opinião dela, a mídia rasgou e jogou no lixo todas as lições do bom jornalismo. “Falta uma conexão entre as mídias alternativas e o SUS contra todo esse retrocesso”, acrescentou. Ela também destacou que, logo após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, uma das primeiras ações do novo governo foi atacar a liberdade de expressão. “Um dos primeiros atos após o golpe foi dar início ao desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)”, lembrou a jornalista, que foi exonerada da presidência da empresa na ocasião. //



Tereza Cruvinel, jornalista.



2ª
CONFERÊNCIA
NACIONAL
DE SAÚDE
DAS MULHERES

SAÚDE DAS
MULHERES:
DESAFIOS PARA
A INTEGRALIDADE
COM EQUIDADE

O eixo principal da Conferência será a Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, contemplando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres e as políticas de equidade.

REVISTA
NACIONAL DE **SAÚDE**



Conselho Nacional
de Saúde

SUS



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

